

TERRAS DE NEGROS NO VALE DO RIBEIRA: TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIA

Lourdes de Fátima Bezerra Carril

As várias questões que contribuíram para a organização do movimento social com base em terras de negros no Vale do Ribeira, estão ligadas à falta de regularização fundiária, aos projetos que desconsideravam a presença das diferentes relações homem-natureza, através da criação de parques e reservas florestais, às relações desiguais na comercialização de seus produtos e aos projetos de construção de hidrelétricas.

As legislações ambientais, no Vale do Ribeira, impediram as comunidades de produzir o fundamento de sua existência, a partir da proibição de cultivar novas áreas, graças às várias políticas de preservação da mata atlântica. A APA da Serra do Mar, criada pelo Decreto Estadual no. 22.717 de 21/09/84 acabou por restringir ainda mais as áreas de cultivo, já delimitadas pela criação do PETAR, criado em 1958. Nesse embate, os moradores de Pilões se viram na necessidade de extrair clandestinamente o palmito, buscando reequilibrar as suas demandas internas. É preciso ressaltar que até a década de cinquenta, as comunidades negras encontravam-se inseridas em relações comunitárias, reproduzindo os padrões de uma vida camponesa, ligada à terra e ao bairro. Não havia, no entanto, isolamento em relação à vida econômica e social do município. Participavam plenamente das trocas comerciais, das relações de compadrio, alimentando laços de solidariedade mútua e de vizinhança. A nível econômico, produziam aquilo que necessitavam

¹Mestre em História Social e Professora da UNIP - Universidade Paulista

por restringir ainda mais as áreas de cultivo, já delimitadas pela criação do PETAR, criado em 1958. Nesse embate, os moradores de Pilões se viram na necessidade de extrair clandestinamente o palmito, buscando reequilibrar as suas demandas internas, o que não tem sido possível, uma vez que os preços pagos por esse produto são extremamente inferiores aos pagos nos mercados regionais. Por isso, a sensação desses sujeitos é de abandono generalizado, sentem-se isolados, uma vez que não há transporte regular para a comunidade, não conseguem obter excedentes na sua produção, pois quase não produzem o suficiente para o seu próprio consumo. Percebemos através dos depoimentos de Da. Antonia, várias críticas em relação a essa realidade ali vivenciada. Em relação à ponte construída pela prefeitura que atravessa o Ribeirão de Pilões e leva à comunidade, essa senhora nos diz:

"Para que essa ponte, ela chega aqui, não leva para lugar algum, não há mais nada além daqui?"

Sob a perspectiva de que a vida cotidiana² reflete as necessidades mais fundamentais para a existência humana, entendemos o ponto de vista de Da. Antonia, no sentido de que, para ela, os problemas enfrentados por Pilões estavam ali, muito próximos de sua realidade: as proibições para plantar tudo o que necessitavam provocou um corte profundo entre um passado lembrado com abundância e um presente marcado por carências

² Para verticalizar a noção de cotidiano e cotidianidade, ver LEFBVRE, Henri A Vida Cotidiana no Mundo Moderno. Alíca, São Paulo, 1991.

constantes. Limitaram assim, as possibilidades da continuidade do ritmo que até então era reproduzido. Ritmo este marcado pela cordialidade entre a vizinhança, pela posse da terra enquanto um bem que lhes permitia recompor a festa, o ócio, o trabalho enquanto fonte de reprodução e não de aviltamento. É nesse aspecto, nas mudanças no mundo do trabalho que a experiência demarcou a transição da liberdade para uma semi-escravidão. O trabalho, hoje, não tem o mesmo sentido da comunidade, da vivência em comunhão com a terra, com o rio, com a mata.

A resistência da comunidade de Pilões em relação ao movimento decorre, sob o nosso ponto de vista, do fato de que ao se falar em movimento contra as barragens, distancia-se do ponto central de suas necessidades. Por outro lado, há, também, um estranhamento, sobre a nova forma de agir de alguns membros da Igreja Católica, que, como vimos, é uma instituição bastante antiga na região. Nesse sentido, a comunidade de Pilões revela-se pela sua tradição aos modelos antigos de parceria, mas distancia-se em relação ao movimento organizado e permanece nas mãos da política local e do prefeito, que se declarou a favor das barragens, enquanto sinal de progresso para o município.

As alianças demonstram, então, caminhos de orientações políticas, que extrapolam as necessidades imediatas, e encontram nas lideranças uma ampliação das práticas cotidianas, para o estabelecimento de um projeto comum. No entanto, o trabalho das lideranças de Sapatu e Ivaporunduva não conseguem uma unidade interna e externa, no tocante à comunidade de Pilões. Esses descompassos se traduzem na fragmentação da luta, colocando a

perspectiva já esboçada de que Pilões fique à mercê do jogo político e institucional já estabelecido há muito tempo. Por seu turno, a ação da pastoral católica no Vale do Ribeira, cumprindo o seu novo papel de aliança na luta e na adversidade, apontando para caminhos da política e da organização do movimento não encontra uma linguagem de aproximação com os membros de Pilões.

Nesse sentido, a luta pela terra que envolve as denominadas terras de negros, demonstra a sua especificidade dentro do campesinato brasileiro, pois conjuga ao mesmo tempo, terra, etnia e território. A permanência dessas comunidades no Vale do Ribeira, tem promovido desarticulações entre as várias formas de resistência e o modo de vida que apresentam. Muitos partiram para outros lugares em busca de melhores condições de vida, muitos ficaram e outros retornaram, entendendo que aquele território seria o seu referencial de vida, e que a sua cidadania se expressa por esse caminho. O território, então, traduz -se em fonte de poder e resistência à desagregação.

O uso comum da terra, engendrado na sua ancestralidade, a base física e imaginária desses grupos, é de fundamental importância para os mesmos. Seu valor se remete, portanto, à satisfação de suas necessidades mútuas, que incluem o simbólico, tradições e sobrevivências culturais. É nesse sentido que, território e cultura se mesclam, assegurando-lhes a continuidade. Originaram-se, segundo Almeida³ durante o período escravista, nas fugas, formando quilombos, por doações de terras pelos antigos senhores,

³ ALMEIDA, Alfredo W. Z. de "Terras de preto, terras de santo, terras de índio - uso comum e conflito." in Cadernos do NAEA, no 1, UFFA Belém, 1989, pags 165-196.

da decadência da grande lavoura e correspondem, ainda, a áreas de alforriados e prestação de serviços militares ao Estado, como ocorreu no Maranhão (Balaiada - 1831/1841). Além dessas formas, podem também ser originários da permanência de escravos na terra após o fim da escravidão.

Contudo, o fato histórico em si, a origem das comunidades negras do Vale do Ribeira, vem a ser lembrado num momento crucial colocado pelas várias interferências externas sobre o seu território. O sentido dado a essas lembranças que hoje se reconstituem, está marcado pelas necessidades atuais, pelo temor à perda definitiva da terra, ao desenraizamento. Tal temor vem do fato de que sua memória guarda o destino de muitos que saíram das terras e se marginalizaram em centros urbanos:

*"Um foi para São Paulo, outro para as favelas, para debaixo das pontes, e outros estão por aí."*⁴

Nesse sentido, etnicidade, cultural e território ganham significado pelo jogo das relações que se operam na realidade vivenciada por essas comunidades. Conforme aponta Carneiro da Cunha⁵:

"A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste,

⁴ Depoimento do Sr. Benedito Antônio da Silva, da comunidade de Ivaporunduva.

⁵ CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Antropologia do Brasil. Brasiliense, SP, 1987.

determina vários processos...A escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se achem inseridos."

É nesse sentido que as comunidades negras de Sapatu e Ivaporunduva se remetem à sua origem. A rememoração busca os elementos fundamentais desse passado e dão base ao movimento social negro. Constroem nessa busca, uma identidade de grupo, que aponta para a etnia como força política e à possibilidade de reconstituir um outro patamar de inserção no conjunto da sociedade, amparados pela existência concreta da base territorial, legado dos seus antepassados. Em Pilões, a memória é captada pela mediação da CPT, através de um trabalho etnográfico, cujo objetivo é o de compor uma pesquisa que comprove a origem dos quilombos, tendo em vista o reconhecimento jurídico das terras de negros. Como já apontamos, não há o engajamento de uma liderança comunitária, mas o fato da comunidade apresentar fortes características de um quilombo, fez com que fosse incorporada ao processo jurídico que reivindicava a titulação dessas terras.

A alteridade torna esses grupos detentores de uma identidade étnica, portadores da memória que lhes permite unirem-se na adversidade, e, sobretudo, a territorialidade lhes confere poder de defesa contra o desenraizamento e a homogeneização.

Cabem ainda algumas reflexões no tocante ao conteúdo do Artigo 68, pois persiste o debate a respeito de sua viabilidade, uma vez que há dificuldades para a sua concretização. A aplicação desse artigo, que restringe a titulação das terras remanescentes de

quilombos, trouxe sérios problemas para esses grupos, pois nem todas as comunidades negras ocupam terras oriundas dessa categoria. Existem terras de santo, doações, posses, além das terras de origem quilombola. No decorrer das discussões sobre a revisão constitucional, cogita-se a mudança dos seus termos, no sentido de explicitar as várias formas de constituição dos quilombos ou a elaboração de um outro artigo que incorpore essas realidades. A importância desse debate é fundamental no sentido de que não se efetue novamente um tipo de delimitação das terras de negros nos moldes das reservas indígenas, colocando-os em situação tutelar, impondo novas relações de dependência. Por outro lado, é importante ressaltar a existência de um outro debate acerca das reservas florestais. O reconhecimento das terras remanescentes de quilombos no Vale do Ribeira anulariam os decretos que criaram o PETAR e a APA da Serra do Mar, como unidades de preservação? No campo jurídico, existe essa prerrogativa? Então, como pensar a existência e a continuidade desses sujeitos numa área delimitada e recortada por unidades de preservação? Como compatibilizar o seu modo de vida e a lógica que tem norteado a implantação dessas reservas ambientais?

A constatação de que os projetos de preservação do meio no vale do Ribeira não levou em consideração a existência de populações tradicionais vivendo de forma compatível aos recursos que se desejou preservar, nos leva a indicar que a luta é mais ampla e requer um maior comprometimento da Fundação SOS Mata Atlântica, enquanto um dos mediadores da luta que envolve as comunidades quilombolas.

Por tudo o que foi dito sobre as terras de negros, acreditamos que no Vale do Ribeira, as mesmas configuram-se como resistência às novas demandas impostas pelas relações capitalistas de produção, o que nos remete ao que diz Santos⁶:

"A grande revolta se dá através do espaço lugar, ali onde a tribo descobre que não é isolada, nem pode estar só...O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar...o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa."

A apreensão da especificidade que abarca o campesinato negro, em nosso entender, ocorre ainda na perspectiva da história local, já que:

"a história local não é necessariamente o espelho da História de um país e de uma sociedade. A história não é e nem pode ser uma história-reflexo, porque se o fosse negaria a mediação em que se constitui a particularidade dos processos locais e imediatos e que não se repetem, nem podem se repetir, nos processos mais amplos, que com mais facilidade poderíamos definir como propriamente históricos."⁷

⁶ SANTOS, Milton. Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional. Hucitec SP, 1994

⁷ MARTINS, José de S. Suburbio. Hucitec. Prefeitura de São caetano do Sul, 1992. pag. 13

Podemos dizer que a luta pela manutenção do território das comunidades negras no Vale do Ribeira traz a público a problemática desse segmento étnico. Enquanto na modernidade busca-se cada vez mais nesse final de século a homogeneização do espaço e do tempo, ela reflete na mesma proporção as suas várias faces contraditórias. Os camponeses negros do Vale do Ribeira desmentem essa homogeneização e lutam pelo reconhecimento da alteridade de que são portadores para a afirmação e manutenção do modo de vida camponês e pelo reconhecimento do direito à cidadania da população negra no Brasil.

Bibliografia

ALMEIDA, Alfredo W. Berno de. "Terras de preto, terras de indio - uso comum e conflito" in *Cadernos do NAEA*, no. 10. UFPA. Belém, 1989. pags. 163-196.

BAIOCCHI, Maria de Nazaré. *Negros do Cedro: estudo antropológico de um bairro rural em Goiás*. Ática. SP, 1983.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. Brasiliense/CNPq. SP, 1988.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Antropologia do Brasil*. Brasiliense. SP, 1987.

GUSMÃO, Neusa Maria M. *A dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas*. Tese de Doutorado. Antropologia. FFLCH/USP. SP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Ática. SP, 1991.

MARTINS, José de S. *Subúrbio*. Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

-----, *O cativo da Terra*. Hucitec. SP, 1986.

MOURA, Clóvis. *Os quilombos e a rebelião negra*. Brasiliense. Coleção "Tudo é História". SP, 1987.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Ática. SP, 1993.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo - Globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec. SP, 1994.

SCHWARCZ, Lilian M. O espetáculo das raças.
Companhia das Letras. SP. 1993.

SOARES, Luiz Eduardo. Campesinato: ideologia e
política. Zahar Editores. SP. 1981.